



















seu interior contradições e possibilidades na construção do novo. Porém, da mesma forma que a ciência sofre as mistificações produzidas nas lutas de classe de uma sociedade antagonista, a linguagem toma significados diferentes em relação ao lugar histórico e social de onde se fala. Seguindo Marx e Lukács, Cavalcante (2005, p. 1) adota um conceito de linguagem

[...] que contempla seu papel constitutivo, na interação social e a força ideológica de seus signos, cuja compreensão não pode resultar de um ato passivo, descolado da realidade, uma vez que resulta do trabalho que os sujeitos realizam com e sobre a língua, num processo contínuo de apropriação – objetivação. É através desse processo que o indivíduo constrói sua subjetividade e se constitui como sujeito.

A linguagem é aqui compreendida como um processo dinâmico e concreto das relações entre os diversos sujeitos sociais em diferentes lugares e tempos históricos. É a partir dela que os sujeitos refletem a realidade, tomam consciência (em diferentes níveis), possibilitando uma efetiva transformação de suas práticas sociais. Assim, para Lukács (1981b, p. 80) essa categoria

[...] acolhe em si todas as manifestações da vida humana e dá a elas uma figura capaz de comunicá-las; portanto, só porque forma um complexo total, onicompreensivo, sólido, e sempre tão em movimento quanto a própria realidade social que reflete e torna comunicável, a linguagem é capaz de satisfazer esta necessidade social.

Desse modo, o ser social, por meio do trabalho (transformação da natureza), se constitui um ser radicalmente histórico, pois através dessa atividade constrói seu mundo como resposta às suas necessidades. A linguagem possibilita a materialização do pensamento humano-social, estrutura a capacidade do refletir sobre si mesmo, sobre a sociedade e a natureza, tornando

comunicável essa realidade. Magalhães (2003, p. 78) demonstra a função da linguagem no processo de construção do mundo humano-social:

Para que a criação do novo aconteça, é preciso que as mudanças cheguem até a consciência para conservá-las e promover a reprodução, através da generalização social. É nesse processo que a linguagem cumpre a sua função: fixar na consciência as aquisições conservando-as e superando-as a partir do desenvolvimento de novas perguntas e novas respostas.

O homem precisa ter conhecimento do que se foi produzido pela humanidade, e não só conservar esse conhecimento para as futuras gerações. A linguagem materializa essa informação, torna possível de ser compreendida e conservada. No entanto, o processo da linguagem humana, sendo esta social, histórica, ideológica e atravessada pelo inconsciente, não deve ser compreendido de modo isolado. O sistema linguístico, com sua autonomia relativa, é uma práxis específica, a qual cumpre uma função determinada na produção e reprodução da existência humana, porém determinada em última instância pela economia, ou melhor, pelas relações de produção econômica e social de cada época histórica. Pois, como nos lembra Marx (2002, p.18), "A produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real".

E complementando esse pensamento, o mesmo autor afirma que

São os homens que produzem suas representações, suas ideias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser

consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real (MARX, 2002, p. 19).

Assim, a linguagem possibilita tornar consciente o ser dos homens, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. As relações de produção com suas contradições de interesses de classes, com suas demandas e necessidades históricas, seus conflitos etc., conformam a base material das representações materializadas na/ pela linguagem. Pois,

Não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital (MARX, 2002, p. 19).

Percebemos assim que o ser social é histórica e economicamente determinado, não entendendo determinação como uma força cega, sem saída para o sujeito, pois é a subjetividade humana que produz o novo. A subjetividade torna possível um planejamento no nível ideal se objetivar na realidade social. A relação entre objetividade e subjetividade constitui-se um movimento recíproco e dialético, no qual uma não se confunde com a outra, porém é impossível entendê-las sem a compreensão dessa relação. Contudo, explicam Lessa e Tonet (2008, p. 44) que primeiramente temos a matéria como anterior

[...] à idéia; a natureza existia antes de os homens surgirem; que a ideia é um desenvolvimento tardio da matéria. O segundo é que, em se tratando da reprodução do mundo dos homens, as determinações materiais (que são fundadas prioritariamente pelo desenvolvimento das forças produtivas) constituem o momento predominante no desenvolvimento das ideias.

Dito isso, retomamos o poder fundador da liberdade do ser social por intermédio da subjetividade. É a interferência de uma subjetividade histórica, e ideologicamente situada, que torna possível a criação do mundo dos homens. Magalhães (2003, p. 79) contribui para a compreensão dessa questão:

*Sem a interferência da subjetividade, é impossível qualquer escolha entre as alternativas existentes na objetividade, que funcionaria apenas com sua lógica interna ou ao sabor do acaso. Na verdade, é o surgimento da subjetividade que instaura o ser social; e a história do gênero humano é a história da intervenção da subjetividade na objetividade.*

A subjetividade é o campo da liberdade humana, pois o sujeito é quem escolhe dentre as alternativas postas pela objetividade a que melhor se amolda na resolução de suas carências sociais. No entanto, o campo da possibilidade, das alternativas possíveis, nas quais o sujeito pode operar transformações, é dado pela realidade social em cada momento e pela conjuntura historicamente dada.

Entendemos que em toda práxis humana se opera uma relação entre subjetividade e objetividade, na qual o ser social dotado de subjetividade poderá construir o novo, instaurando transformações no seu interior, na sociedade e na natureza,

[...] pois a subjetividade tem o poder de mudar a realidade, de captar a realidade, mas ela depende da lógica dessa mesma realidade para conseguir realizar essas duas atividades. Não há nenhuma autonomia plena da subjetividade, que é determinada pelas relações sociais e que escolhe as alternativas apresentadas pelo seu tempo histórico. Por mais individuais que pareçam as escolhas do sujeito elas são sociais (MAGALHÃES, 2003, p. 79).

O discurso, o qual constitui nosso objeto de análise, segue a mesma lógica de qualquer práxis social, pois se

configura numa “objetividade feita subjetividade, através de um pôr social feito de linguagem” (FLORÊNCIO et al., 2009, p. 48). Configura-se numa relação entre estrutura (linguística) e acontecimento (histórico/ideológico), ou seja, entre a ordem da língua, lugar de materialização do discurso, e a ordem da história, momento que sustenta os sentidos possíveis.

É na relação intrínseca entre língua, história e ideologia que se estrutura e se movimenta o discurso, e do mesmo modo, seu estudo deve captar a complexidade e especificidade desse objeto social/histórico e ideológico. A análise do discurso, que será tratada adiante, funda um novo e radical olhar sobre a linguagem humana, pois, de acordo com Orlandi (1996, p. 24),

A AD produz um outro lugar de conhecimento com sua especificidade. Não é mera aplicação da linguística sobre as ciências sociais ou vice-versa. A AD se forma no lugar em que a linguagem tem de ser referida necessariamente à sua exterioridade, para que se apreenda seu funcionamento, enquanto processo significativo. Nessa remissão, o conhecimento da linguagem fica a cargo da linguística, e o da exterioridade, a cargo das ciências sociais. Não é assim, eu diria, antes, que a AD é uma espécie de antidiplomática, uma desdisciplina, que vai colocar questões da linguística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas de assentam.

A análise do discurso trabalha, conforme Orlandi (1996), no entremeio, mostrando não haver separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva. Desse modo, nossa pesquisa recorrerá à compreensão teórica e metodológica da língua, e do discurso, conforme a Análise do Discurso de linha francesa, fundada por Pêcheux em 1969. E tomará

partido, dentro da Análise do Discurso (AD), pelos estudos realizados na Universidade Federal de Alagoas, os quais dialogam com a perspectiva ontológica de Marx e Lukács, na compreensão e fundamentação de categorias essenciais sobre a linguagem, o discurso, a ideologia e o sujeito.

### **1.1. Análise do Discurso: panorama histórico de sua constituição teórica e metodológica**

A partir de 1960, por efeito da conjunção de alguns acontecimentos históricos<sup>6</sup> na França e no mundo, alguns estudiosos começam a questionar os saberes estabelecidos pelo estruturalismo hegemônico na ciência. No campo dos estudos da linguagem, a dominância recaía sobre a visão formalista/estruturalista da língua defendida por Saussure. Conforme Florêncio et al. (2009, p. 20):

<sup>6</sup> Período pós II Guerra Mundial – Guerra Fria, divisão do mundo em dois blocos de poderes liderados pelos Estados Unidos (bloco capitalista) e União Soviética (“bloco socialista”) – Movimento dos estudantes em maio de 1968, em Paris, propondo transformações na estrutura conservadora e elitista da universidade francesa.

Estudiosos passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem, não mais centrado apenas na língua, como dizia Saussure, considerada como um sistema de signos ideologicamente neutro e como uma estrutura estabilizada, pouco sujeita a mudanças. A fala, o sujeito, as relações sociais – exclusões operadas por Saussure – são trazidas para as discussões linguísticas. Os estudos até então limitados a uma “linguística da língua”, passam a considerar sua dualidade constitutiva, isto é, seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado pelo social, pela história e, conseqüentemente, pela ideologia. A materialidade da língua funde-se à materialidade da história e opera nas relações sociais.

Essas transformações sociais e políticas de uma época histórica recaem sobre o campo epistemológico e criam fissuras nas “certezas” engessadoras dos estudos da linguagem. Estudiosos iniciam reflexões críticas quanto à descon sideração da variação linguística e dos efeitos das relações sociais, políticas e ideológicas na produção dos

sentidos. Pêcheux (1969), Roulet (1978), Verón (1980), entre outros, irão problematizar a perspectiva teórica do gerativismo-transformacional, resgatando o ideológico e o histórico para a análise da língua.

É nesse momento de crítica e de questionamento dos limites e das possibilidades presentes nas teorias da linguagem que surge o campo teórico e metodológico da Análise do Discurso. A Análise do Discurso (de agora em diante AD) tem, conforme Malidier (2003), uma dupla fundação representada nas figuras de Jean Dubois e Michel Pêcheux. As pesquisas desses dois autores, de modo independente, e dos teóricos e grupos, os quais se aliaram a um ou a outro, refletiram a formação de uma teoria e de uma prática de análise da linguagem que tem o discurso como objeto de análise, em constante construção e reconstrução teórica. Malidier (2003, p. 16) narra tal fato histórico:

O projeto de Michel Pêcheux nasceu na conjuntura dos anos de 1960, sob o signo da articulação entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. Ele, progressivamente, amadureceu, explicitou, retificou. Seu percurso encontra em cheio a virada da conjuntura teórica que se avoluma na França a partir de 1975. Crítica da teoria e das coerências globalizantes, desestabilização das positivities, de um lado. Retorno do sujeito, derivas na direção do vivido e do indivíduo, de outro. Deslizamento da política para o espetáculo! Era a grande quebra. Deixávamos o tempo da "luta de classes na teoria" para entrar no do "debate". Neste novo contexto, Michel Pêcheux tentou, até o limite do possível, re-pensar tudo o que o discurso, enquanto conceito ligado a um dispositivo, designava para ele.

O discurso, como podemos perceber, se constitui um novo e intrigante objeto de análise. Um lugar de contradição que, para desvendá-lo, não há nessa nova teoria e campo analítico um lugar instrumentalmente

“seguro” e “pronto”. Questões sobre o real da língua, seu funcionamento e seus efeitos de sentidos recaem sobre o real da História. A não transparência da linguagem e dos sentidos, constituídos historicamente, se liga à noção de um sujeito que se identifica, ao projetar-se para o mundo, com os processos ideológicos e com o inconsciente. Desse modo, o discurso, por sua complexidade, necessita de uma teoria e de um cabedal metodológicos da mesma envergadura, e por isso sua construção histórica é permeada de avanços e de retrocessos. O próprio Pêcheux demonstra em sua vasta e rica obra esses momentos.

Nestes últimos anos, ‘análise automática do discurso’ (abreviadamente: AAD) produziu um certo número de publicações, tanto no nível teórico quanto no das aplicações experimentais. Parece-nos que as observações, interpretações, críticas ou mesmo deformações que suscitaram nestes dois níveis precisam de uma reformulação de conjunto, visando a eliminar certas ambiguidades, retificar certos erros, constatar certas dificuldades não-resolvidas e, ao mesmo tempo, indicar as bases para uma nova formulação da questão, à luz dos desenvolvimentos mais recentes, frequentemente não publicados, da reflexão sobre a relação entre a linguística e a teoria do discurso (MALDIDIER, 2003, p. 16).

Esse autor, em sua “aventura teórica”, reconhece o quanto o processo discursivo, para ser entendido, interpretado e apreendido por uma teoria, deve dispor de instrumentais teóricos e analíticos em constante (des)construção. O discurso, sendo uma práxis em que o social, o político, o cultural, o econômico e o ideológico se significam na e pela linguagem, carrega em seu bojo a incompletude do dizer, as posições ideológicas dos sujeitos que o enunciam e os conflitos e interesses de classes em cada momento histórico. De acordo com Indursky e Ferreira (2005, p. 13):



O discurso sempre foi para Michel Pêcheux o objeto de uma busca infinita que, sem cessar, como lembra Denise Maldidier, 'lhe escapa'. É no discurso, precisamente, que se concentram, se intrincam e se confundem, como um verdadeiro nó, as questões relativas à língua, à história e ao sujeito. E é também onde se cruzam as reflexões de Pêcheux sobre a história das ciências, sobre a história dos homens, sua paixão pelas máquinas, entre outras tantas. O discurso constitui-se, assim, no verdadeiro ponto de partida de uma 'aventura teórica'.

O discurso, ao se constituir num nó complexo e de intrincada compreensão, necessita de uma teoria e de uma prática de análise que o apreenda em seu movimento, demonstrando "como" tal discurso num determinado acontecimento histórico e ideológico faz sentido. Conforme Indursky e Ferreira (2005) e Orlandi (1996), respectivamente, o discurso se apresenta como um "objeto fronteira", uma disciplina de "entremeio".

A língua para a AD não é percebida como um sistema fechado em si mesmo, isolado e a-histórico; ao contrário, ela é estrutura e acontecimento. A materialidade linguística, simultânea e dialeticamente, é constituída pela materialidade histórica. Sobre esse aspecto, Indursky e Ferreira (2005, p. 15) nos explica que:

Nem por isso, parece apropriado atribuir à Análise do Discurso uma designação de disciplina interdisciplinar, como alguns teóricos insistem em fazer. Fazer isso seria cair na tentação de encará-la como disciplina de caráter meramente instrumental, sem especificidade própria. E isso definitivamente ela não é. Além do mais, essa ótica reducionista, que elide sua principal característica de ser uma teoria crítica da linguagem.

A língua, portanto, para a AD não é a mesma dos linguistas, e tampouco a dos analistas de conteúdo das ciências sociais. Com isso, nem partimos de uma

compreensão de um sistema linguístico isolado e a-histórico, como também não entendemos que o texto é apenas uma ponte transparente entre quem lê e o mundo a ser explicado. O sistema da língua tem sua especificidade de funcionamento interno de maneira relativa, pois a História, com seus conflitos de classes, intervém e sustenta de modo dinâmico os diversos sentidos possíveis de cada discurso materializado na linguagem.

Pêcheux, para compor sua teoria do discurso e desenvolver uma metodologia que possibilitasse sua análise, foi influenciado por muitos teóricos de sua época histórica. Gregolin (2006) expõe que sua jornada teórica e analítica na composição da AD é formada por quatro grandes pilares. O primeiro, representado na figura de Louis Althusser, colocará para Pêcheux a questão da ideologia e dos aparelhos ideológicos do Estado. Essa discussão teórica, de fundo marxista, irá ajudá-lo na composição de um sujeito do discurso social e historicamente constituído.

O sujeito não é considerado como um ser individual, que produz discursos com liberdade: ele tem a ilusão de ser o dono do seu discurso, mas é apenas um efeito do assujeitamento ideológico. O discurso é construído sobre um inasserido, um pré-construído (um já-lá), que remete ao que todos sabem, aos conteúdos já colocados para o sujeito universal, aos conteúdos estabelecidos para a memória discursiva.

Gesta-se, nesse ínterim, uma longa discussão que Pêcheux fará ao longo de sua vida; as formações ideológicas e discursivas serão problematizadas, ampliadas e complexificadas. O segundo pilar a sustentar os fundamentos de Gregolin será o trabalho de Michel Foucault. As obras “A Arqueologia do Saber” de 1969 e a “Ordem do Discurso” de 1970 influenciarão Pêcheux na elaboração de conceitos necessários à análise da linguagem. Primeiramente delinea-se o conceito de

Formação Discursiva, entendido como sítio e lugar sócio-histórico do dizer.

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PECHEUX, 1988, p. 160 – grifos do autor).

A Formação Discursiva (FD), assim como muitos outros conceitos formulados por Pêcheux, em comunicação direta e indireta com autores aqui citados, sofrerá alterações e revisões ao longo de sua caminhada. Isso fica esclarecido quando Pêcheux (1997, p. 56) observa que

A noção de 'formação discursiva' emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a ideia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora.

A FD, num primeiro instante de sua configuração, apresenta-se de modo fechado, em que o lugar de cada sujeito ao identificar-se numa formação ideológica dada ecoa seus dizeres a partir de uma formação discursiva específica. Torna-se, num outro momento, um espaço discursivo complexo, no qual há numa formação discursiva um campo de possibilidade do dizer e do não dizer que domina, mas que é perpassado por outras vezes e outras possibilidades desse sujeito contraditório. Outro instrumental teórico que será desenvolvido nesse diálogo com Foucault será o de "acontecimento discursivo"<sup>7</sup>, em

<sup>7</sup> Para Pêcheux o acontecimento discursivo se configura num ponto de encontro de uma atualidade e uma memória. Que desse modo, abre a possibilidade da interpretação, de significados e sentidos em constante movimento de ressignificação e/ou tornar-se outro. Guimarães (2005, p. 12) explica que o acontecimento "É sempre uma nova temporalização, um novo espaço de convivibilidade de tempos, sem a qual não há sentidos, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. [...] O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica)".

que um enunciado irrompe na e em relação com um conjunto de outros enunciados. Com isso,

Foucault propõe buscar as regularidades para descrever jogos de relações entre enunciados, entre grupos de enunciados, entre acontecimentos, pois o enunciado, de um lado é um gesto; de outro liga-se a uma memória, tem uma materialidade; é único mas está aberto à repetição e se liga ao passado e o futuro (GREGOLIN, 2006, p.28).

<sup>8</sup> Isso segundo Gregolin (2003).

<sup>9</sup> Explicando a relação entre dialogismo e polifonia em Bakhtin, recorreremos a Florêncio (2002, p. 242), quando afirma que “O diálogo é condição da linguagem e do discurso, não existe linguagem sem que se dê o fenômeno do dialogismo; polifonia é um efeito de sentido produzido em um discurso que não esconde todas as vozes. É a luta entre as vozes sociais que aparece, ou não, mas que está presente em qualquer texto, seja ele considerado monofônico ou polifônico”.

O terceiro teórico, consubstanciado na figura de Bakhtin, apenas será conhecido<sup>8</sup> por Pêcheux e seu grupo no final dos anos 70. Bakhtin, teórico russo, produziu sua teoria nos anos de 1930 a 1970 e apenas será lido na Europa de forma tardia. Nas palavras de Beth Brait (2005), a obra de Bakhtin ainda se dá a conhecer no Ocidente.

Podemos afirmar que os conceitos bakhtinianos de polifonia e de dialogismo<sup>9</sup>, como constitutivos da linguagem, influenciaram alguns dos integrantes do grupo de analistas que se aliavam a Pêcheux, incluindo o próprio Pêcheux, que terá em sua obra a presença das reflexões e conceitos de Bakhtin, sob outras nomenclaturas.

Por fim, teremos o quarto pilar que influenciará a constituição da obra do fundador da AD Francesa. Com a releitura de Freud, Lacan, em seus estudos sobre o inconsciente, terá um lugar de importância na constituição do sujeito do discurso. Pêcheux, nesse encontro teórico com Lacan, desenvolverá a ideia de um sujeito não só interpelado pela ideologia, mas também o sujeito do desejo inconsciente. Veremos nesse instante que a teoria da Análise do Discurso conjuga-se de modo articulado, e em processo, em três regiões do conhecimento científico: na presença do materialismo histórico; na linguística, com a compreensão do funcionamento do sistema da língua; numa teoria do discurso através dos estudos da semântica e da sintaxe. Nas palavras de Pêcheux (1990, p.

164), todas elas “atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).”

Enquanto a Análise do Discurso desenvolve-se na França, na década de 1960, no confronto político e teórico com o conteudismo e a corrente formalista-logicista, no Brasil, de acordo com Indursky e Ferreira (2005) a conjuntura política e o período histórico são diferentes. “No Brasil, desde o início, o embate se deu com a Linguística, sendo a Análise do Discurso acusada de não dar importância à língua, fixando-se exclusivamente no político” (2005, p. 16). Eni Orlandi detém o mérito da divulgação e consolidação institucional dessa teoria nas análises do discurso no Brasil.

A Análise do Discurso de matriz francesa, ao se estruturar nas universidades brasileiras, engendra desdobramentos e deslocamentos próprios a sua particularidade, refletindo deslocamentos teóricos e redes de filiações metodológicas das mais variadas correntes. Filiamo-nos, neste trabalho, para efeito de análise do nosso *corpus* discursivo, à Análise do Discurso formulada por Pêcheux e aos estudos desse campo da ciência da linguagem produzidos pela Universidade Federal de Alagoas, os quais articulam a teoria do discurso com a perspectiva marxista ontológica de Marx, Lukács e Bakhtin. Pois, de acordo com Florêncio *et al.* (2009, p. 29),

É a essa concepção de língua enquanto atividade especificamente humana, concreta, histórica que nos filiamos. Língua entendida como entidade inacabada, imprecisa, ambígua, cujos elementos assumem funções sintáticas e configurações semânticas não de todo definidas nem definitivas, o que implica poder observar sua incompletude. Ou seja, as palavras, embora podendo conter significados trans-situacionais, produzem sentidos específicos, quando utilizadas em diferentes posições ideológicas.

Ao entendermos que o discurso se inscreve num lugar ideologicamente determinado, este varia seu sentido

segundo a posição ideológica do sujeito enunciativo. Faz-se necessário, então, compreendermos a gênese e a função essencial da ideologia na reprodução do ser social, assim como a forma em que ela se apresenta na sociabilidade capitalista. Desse modo, poderemos perceber a relação entre língua, discurso e ideologia.

## Referências

BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. *Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador*. Maceió: EDUFAL, 2007.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira (Org.). *As malhas de discursos (re)veladores*. Maceió: EDUFAL, 2005.

FLORENCIO, Ana Maria Gama. et al. *Análise do discurso: fundamentos e prática*. Maceió: Edufal, 2009.

\_\_\_\_\_. O enunciado e a polifonia em Bakhtin. In. *Revista Leitura*, n.05, p. 237-253. Maceió: Edufal, Jul./Dez. de 2002.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica e acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2. ed. Campinas (SP): Pontes, 2005.

INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

LEONTIEV, Alexis. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LESSA, Sergio. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo, 2002.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LUKÁCS, G. La Riproduzione: In: *Per una Ontologia dell'esseresociale*. V. II, Roma: Riuniti, 1981a. (Tradução Mimeogr. de Sérgio Lessa)

LUKÁCS, G. II Lavoro. In: *Per una Ontologia dell'esseresociale*. Roma: Riuniti, 1981b. (Tradução Mimeogr. de Ivo Tonet)

LUKÁCS, G. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, G. La Peculiaridad de lo Estético. Vol. 1: *Questiones Preliminares y de Principio*. Traduzido do original em alemão por Manuel Sacristán. Barcelona (España): Grijalbo, 1966.

MAGALHÃES, Belmira. *O sujeito do discurso: um diálogo possível e necessário*. In Revista Linguagem em (Dis)curso, Do Programa de Pós-Graduação em ciências da Linguagem Unisul. Vol. 3 Especial. Santa Catarina; Editora Unisul, 2003.

MALDIDIER, Denise. *Inquietação do discurso – releer Michel Pêcheux hoje*. São Paulo: Pontes, 2003.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1, vol. 1. Tradução Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: Princípios e Procedimentos*. 6. ed. Campinas (SP): Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeito do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas : Editora da Unicamp, 1997.



\_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas:  
Pontes, 1990.

[Recebido em 09 de julho de 2012  
e aceito para publicação em 18 de setembro de 2012]